

A Diocese de Nova Iguaçu frente à chacina da Baixada Fluminense: memória e identidade

The Diocese of Nova Iguaçu in face of the slaughter in Baixada Fluminense – Rio de Janeiro State: memory and identity

João Marcus Figueiredo Assis*

Resumo

Este artigo trata das mudanças ocorridas no universo religioso católico da Diocese de Nova Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, conhecida pela situação de pobreza e pela violência, em especial por ação de grupos de extermínio. O evento que serve de base para investigarmos tais mudanças ficou sendo denominado de Chacina da Baixada, que deixou 29 pessoas mortas e uma ferida no bairro da Posse em Nova Iguaçu. A diocese prontamente se mostrou solidária com as famílias das vítimas, cobrando desde o primeiro momento providências das autoridades locais. Entretanto, as visões sobre o envolvimento eclesial se dividem conforme a proximidade dos agentes religiosos, em especial os leigos, da área física dos assassinatos. Assim, os que residem e trabalham pastoralmente mais próximo à localidade apresentam reticências, silêncios e receios não apresentados por leigos entrevistados de outras localidades. Percebemos que, embora haja consenso quanto à necessidade de mobilização da Diocese no caso, as percepções são abaladas pelo medo que constantemente rege as experiências cotidianas dos moradores daquela região.

Palavras-chave: Igreja Católica; Memória social; Identidade; Violência.

Artigo recebido em 26 de fevereiro de 2009 e aprovado para publicação em 6 de abril de 2009.

* Doutor em Ciências Sociais, professor do CCH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, participante do Grupo de Pesquisa “História e memória de bairros do Rio de Janeiro”, da mesma universidade, coordenador das pesquisas intituladas “Documentação eclesial católica: registros escritos e orais na constituição de memórias religiosas” e “Arquivo, religião e movimentos sociais: Dom Adriano Hypólito como modelo identitário católico na Baixada Fluminense”.

Parte das ideias aqui desenvolvidas foi apresentada no II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza (Fiealc/Uerj). Conteí com a colaboração de Dijavam Mascarenhas, Vera Ferreira e Lerenilda Timóteo, discentes voluntários de pesquisa. e-mail: jmfassis@hotmail.com.

Por meio de relatos de agentes católicos da Diocese de Nova Iguaçu por nós entrevistados, conseguimos identificar elementos fundamentais para o entendimento dos impactos causados na comunidade católica da região pela Chacina da Baixada. Na madrugada do dia 31 de março de 2005, Padre Paulo, pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição no bairro da Posse, Nova Iguaçu, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, foi acordado por um telefonema anônimo que informava sobre o assassinato de diversas pessoas naquele bairro. A Chacina da Baixada, como ficou conhecida, é considerada a maior chacina da região, com 29 mortos em Nova Iguaçu e Queimados.

Entre outros fatores, a região da Baixada Fluminense é conhecida pela situação de pobreza e violência. Durante um longo período de tempo a visão possibilitada dessa região, em especial pelos agentes externos a ela, passava pela veiculação de notícias pela mídia impressa e televisiva. O reforço era seu caráter violento e de desordem política e social (ENNE, 2003). Outro aspecto relevante na configuração espacial da região é a proximidade com a capital do Estado, embora não se possa afirmar que haja uma identificação entre elas. Pelo contrário, pode-se dizer que a Baixada se destaca como localidade marginal até os dias atuais, mesmo considerando suas cidades mais desenvolvidas economicamente.

Trabalhos acadêmicos como os de Alves (1991; 2002), Amarante, Souza, Couto (1994), Barreto (2004), entre outros, buscam analisar os mecanismos desencadeadores da violência e do estado de pobreza na Baixada.

Em termos de ocupação humana, é uma das áreas de maior concentração urbana no Brasil e em toda a América Latina. São mais de três milhões de habitantes, traduzindo-se também em um elevado número de eleitores na perspectiva político-eleitoral. Entretanto, as condições de infraestrutura como saúde, transporte, emprego e saneamento básico são insuficientes ou ineficientes para atender a esse contingente populacional. É uma região de aparentes contrastes socioeconômicos. A partir de fins da década de 1930, o significativo processo de industrialização e de urbanização da região intensificou os contrastes e contradições ali existentes.

Quanto ao universo religioso do qual trataremos neste texto, a Diocese de Nova Iguaçu desde alguns anos após sua constituição, em 1960, destaca-se pelo posicionamento mais avançado, vinculado a ideias católicas identificadas como “progressistas” ou “libertárias”.

A Diocese apresenta uma relevante formação de seus quadros baseada na Teologia da Libertação e na atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em especial a partir da década de 1970, sendo considerada, ao longo dos anos, um expoente nos trabalhos eclesiais voltados para o que se denominam ações sociotransformadoras (ASSIS, 2008).

Em seu trabalho sobre a Igreja Católica e a política no Brasil, Mainwaring (1989) aponta a Igreja de Nova Iguaçu como exemplo na atuação junto aos movimentos populares.

Em um período conturbado da história do Brasil, o regime de repressão instaurado em 1964, a Igreja Católica em Nova Iguaçu iniciou um processo de mudanças que levou a uma aproximação com os movimentos reivindicatórios de bairros, os quais já existiam desde os anos 1950, embora com pouca força de articulação.

O autor em foco ressalta que a Diocese de Nova Iguaçu, até a nomeação de Dom Adriano Hypólito, possuía um perfil relativamente conservador. Já na primeira Assembleia Diocesana, sob a coordenação de Dom Adriano, foi votado que as CEBs seriam prioridade na Diocese. Essas foram relevantes como espaços de conscientização e mobilização por meio de diversos trabalhos pastorais, como Círculos Operários, Clubes de Mães, Grupos de Jovens, entre outros. Entretanto, esses não se constituíam em espaços permanentes de mobilização mais geral da população. Uma tentativa nesse sentido deu-se com a criação do Movimento de Integração Comunitária, iniciado em 1968. Porém, só durou dois anos, pois, em 1970, foi dissolvido pelo Estado. Assim, a mobilização foi reduzida a reivindicações e manifestações para conquista de benefícios materiais localizados e isolados, sem uma articulação mais ampla entre os bairros e os diversos movimentos ou grupos de reivindicação.

Outro movimento social relevante no trabalho da Diocese foi o MAB, Movimento de Amigos de Bairros, iniciado por dois médicos sem vinculação religiosa ou governamental, atendendo à população de bairros afastados e carentes.

Mainwaring (1989) ressalta como fator positivo, e o que talvez tenha sido um dos motivos de seu êxito, a busca de independência em relação à Diocese, embora houvesse apoio explícito e mesmo o envolvimento direto de seus quadros. Com o avanço no reconhecimento de legitimidade frente às associações de bairros e mesmo frente aos governos locais e, devido ainda aos avanços da abertura política, o

MAB foi conquistando autonomia frente aos quadros católicos. Porém, tal independência sempre foi relativa. O autor fornece alguns dados: “Quando, por exemplo, os invasores de terrenos urbanos se envolveram numa difícil luta pela terra em 1981 e 1982, a Igreja os defendeu. Ao MAB faltaram recursos para lidar com um caso tão difícil” (1989, p. 221).

A Diocese de Nova Iguaçu, mesmo passando por mudanças na pessoa de seu administrador máximo, o bispo diocesano, mantém até os dias atuais um comprometimento com movimentos sociais de cunho reivindicatório e popular. O atual bispo, Dom Luciano Bergamin, é identificado por diversos agentes católicos como continuador, em vários aspectos, da proposta religiosa e sociopolítica de Dom Adriano Hypólito.

Entretanto, neste texto pretendemos analisar o posicionamento dos atores envolvidos direta ou indiretamente nos assassinatos da Baixada, suas perspectivas e temores frente à violência que os afeta. Dessa forma, buscamos compreender as motivações e impulsos para o trabalho religioso de agentes dessa Diocese na efetivação dos direitos humanos. Nosso caminho de análise seguirá a construção de memórias sobre a chacina. Assim podemos visualizar as diferentes formas de entendimento desse mesmo fato.

A construção de tais memórias surge nas entrevistas coletadas durante quatro anos de pesquisa na região. Embora a chacina não tenha sido o ponto central de nossa pesquisa, surge como fato relevante onde os entrevistados buscam caracterizar a identidade “combativa” da Diocese em favor dos movimentos reivindicatórios.

Aspectos da memória social e sua vinculação com a identidade e o espaço

O cristianismo é uma religião notadamente baseada em eventos destacados como salvíficos, os quais necessitam ser reafirmados constantemente. Isso se dá por meio de um calendário eclesiástico próprio, da repetição diária de rituais que recordam a presença da divindade na eucaristia e da repetição anual ou mensal de determinadas festas e celebrações de personalidades ou eventos vinculados à presença divina (LE GOFF, 1996, p. 442 *et seq.*). Segundo esse autor, ocorre uma cristianização da memória e da mnemotécnica, ou seja, as técnicas e instrumentos para se efetuar a recordação. Há, na Idade Média, a divisão em

duas memórias, a litúrgica, que girava em torno de si mesma, e a “laica”, que possuía uma fraca penetração cronológica. Com o progressivo distanciamento das instâncias religiosas e sociais e as novas descobertas científicas que possibilitaram uma visão renovada sobre o tempo, a memória litúrgica foi se restringindo ao campo religioso, do qual o cristianismo mantém seu calendário independente até os dias atuais.

Diversas são as abordagens possíveis sobre a memória. Alguns estudos sobre o tema remontam à mitologia grega (VERNANT, 1973), visando a demonstrar a relevância de tal fenômeno para a constituição social nos vários períodos históricos. Na mitologia há o culto a Mnemosyne, mãe das musas, as inspiradoras dos poetas. Esses, por sua vez, são os responsáveis pela manutenção das recordações.

Entretanto, a problemática da memória surge na tentativa de se afirmar a existência de representações não individuais (DURKHEIM, 1970). Distanciando-se das pesquisas psicológicas sobre a memória, essa tendência irá afirmar seu *status* coletivo.

Halbwachs (1990), em meados do século XX, irá desenvolver tal argumentação, aproximando-se das proposições de Durkheim sobre os fatos sociais e distanciando-se das afirmações de Bergson sobre a condição subjetivista da memória (BOSI, 1994). Na perspectiva de Halbwachs, a memória, embora perpassando as consciências individuais, não se confunde com essas. É um fator efetivador da coesão grupal, uma vez que é moldada socialmente a partir da vivência nos diversos grupos dos quais o indivíduo faz parte desde o seu nascimento: a família, a religião, os grupos de amizade e profissionais.

Em seus trabalhos, não está preocupado com o funcionamento da memória em si, mas com os seus “quadros sociais” (HALBWACHS, 1994), efetivados pelas diversas instituições sociais presentes nas sociedades e que influenciam os indivíduos direta ou indiretamente. Tais quadros conduziram as lembranças, moldando as memórias dentro de seus enquadramentos. Portanto, Halbwachs amarra as memórias individuais aos grupos dos quais fazem parte os indivíduos (SEPÚLVEDA DOS SANTOS, s/d). As indicações do que deve ser lembrado estariam nos quadros sociais apresentados pelos grupos e pelas instituições. Em última análise, o indivíduo é conduzido pela sociedade nos atos de lembrar e esquecer.

Os méritos do pensamento de Halbwachs estão em destacar a influência da socialização na constituição das memórias individuais e de afirmar a própria noção de memória em seu aspecto coletivo, distan-

ciando-a das abordagens psicológicas. Entretanto, sua abordagem não resolve algumas questões referentes ao agente que recorda, ou seja, à possibilidade da interferência da subjetividade no ato de recordar e esquecer.

Diversos trabalhos contemporâneos buscam recuperar o aspecto subjetivo da memória (FRENTRESS; WICKHAM, 1992; NEVES, 2000; THOMPSON, 2002, entre outros), ou seja, a possibilidade da interação subjetiva nas memórias. Esse aspecto, que não cabia na lógica do pensamento de Halbwachs, é recuperado em trabalhos que visam a entender a dinâmica subjetiva das recordações e das “amnésias”, como é o caso da pesquisa de Bosi sobre as lembranças de velhos, que busca em Bergson os aspectos pessoais da memória (BOSI, 1994).

Entendendo a memória em seus aspectos individuais e coletivos, esses trabalhos contemporâneos visam a quebrar uma radicalidade imposta pela abordagem coletiva, onde as motivações externas são determinantes praticamente exclusivos nas lembranças, constituindo-as como fenômeno estritamente externo e superior ao indivíduo. Onde poderíamos encontrar a ideia de um (in)determinismo nas proposições de Halbwachs? Qual o aspecto da criação possível nas memórias? Talvez o sujeito somente encontrasse liberdade na criação em suas memórias pela capacidade combinatória das lembranças determinadas pelos diversos grupos.

Os trabalhos que visam a entender tanto a dinâmica coletiva quanto a subjetiva da memória buscam compreendê-la também em seu aspecto de “criação”, quando o sujeito incorpora à memória coletiva aspectos de sua compreensão pessoal do mundo que o cerca. Por essa abordagem, a memória abrange não só uma “imposição” exterior pelos meios de socialização, mas também a contribuição do sujeito, ressignificando-a a partir de sua visão de mundo e de seus interesses e perspectivas pessoais. Entendida dessa forma, memória não é só imposição dos “quadros sociais”, mas também subjetividade e criação.

Quanto aos materiais ou suportes da memória, autores como Pomian (2000) afirmam tratar-se de vestígios de épocas passadas eleitas no presente como conteúdo de referenciais desse passado. Vestígios ou fragmentos de épocas passadas não representam, por si, referenciais de memória. O autor exemplifica com o fóssil. Este não passa de uma decomposição e modificação de um corpo animal ou vegetal. É o interesse do pesquisador, no presente, que confere a tal fóssil um sentido referencial do tempo passado.

A tais vestígios irão se juntar outros, projetados, estes sim, para transmitirem à posteridade lembrança de feitos, personalidades ou acontecimentos. São os denominados “documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996; GLÉNISSON, 1961), forjados para se tornarem vestígios programados do passado.

No processo de transmissão da memória, a linguagem é um elemento fundamental, considerada como diferenciadora principal da transmissão da memória entre os seres humanos. É uma das características de diferenciação da memória animal ou vegetal, transmitidas geneticamente (POMIAN, 2000).

A memória transgeracional é aquela transmitida por meio das narrativas, vestígios e dos documentos-monumentos. À medida que a narrativa é substituída pela informação (BENJAMIM, 1986) e que os vestígios, fragmentos ou relíquias passam a fazer parte das coleções, destacadas de suas funções de uso e resguardadas da degradação, tornam-se formas de transmissão seletivas, atendendo a interesses e perspectivas institucionais de centros ou instituições de memórias, tais como museus, bibliotecas e arquivos. Passam, assim, a serem entendidas como memórias transindividuais, onde os objetos destacados da experiência direta das pessoas remetem à memória como estimuladores exteriores aos indivíduos (POMIAN, 2000).

Memória é, pois, entendida por nós a partir da sua multiplicidade de possibilidades, como criação, projeção de quadros sociais, transmissão transgeracional ou transindividual. Ora as narrativas reproduzem as perspectivas da oficialidade, ora são reinterpretadas pelas projeções subjetivas, ora transmitem-se pelos vestígios e monumentos erigidos e eleitos a partir do presente para interpretar o passado.

Por outro lado, podemos dizer que, por intermédio da memória, cada grupo constrói uma espécie de círculo de segurança, no meio do qual transitam com certa tranquilidade, uma vez que dominam o conhecimento sobre os elementos e códigos de seus pares. Nesse círculo identitário, a convivência é baseada em regularidades e previsibilidade sobre a forma de pensar e agir. Para além dessa área é necessário lidar com o irregular, o imprevisível e o desconhecido.

A garantia do círculo de previsibilidade, harmonia e inteligibilidade deve ser moldada, entre outros fatores, no controle de configurações do espaço e do tempo, ou seja, na moldagem dos sentidos das ações humanas e da recordação. Quanto ao primeiro elemento, o que é pensado como comunidade será o espaço privilegiado para imputar

sentido às ações, ao mesmo tempo em que o sentido de comunidade garante inteligibilidade às práticas ali desenvolvidas. Já no que se refere ao segundo elemento, a história e a memória indicarão elementos temporais que servem de determinantes identitários. O relato bíblico da vida nas primeiras comunidades cristãs, assim como os apelos do Concílio Vaticano II (CV-II) serão indicativos presentes na rememoração dos grupos que se desenvolvem no seio do catolicismo (PIERUCCI; PRANDI, 1996). A adesão ou não a esses critérios impelirá à confluência ou repulsa, assim como os registros interpretativos acionados por tais grupos. Assim, não serão a comunidade, o relato bíblico ou o CV-II os fatores essenciais, mas a interpretação deles efetuada a partir dos elementos de identificação com os cânones instituídos nos círculos de convívio.

É interessante identificar como as narrativas dos entrevistados se reportam à presença e tensão entre visões diferenciadas do catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu e sobre a eficácia da ação religiosa e sociopolítica, ao menos em seu aspecto reivindicatório, sobre questões que afetam diretamente a segurança física de seus membros, como foi a série de assassinatos que passou a ser denominada de Chacina da Baixada.

Impactos da Chacina da Baixada nos moradores locais e agentes religiosos

Por meio das entrevistas foi possível perceber as diferenças de projeção sobre as ações católicas. Por um lado, temos a percepção de agentes que não se encontravam na mesma situação dos envolvidos diretamente com a paróquia próxima onde ocorreu a chacina. Para esses, a chacina foi um acontecimento que motivou uma ação efetiva da Igreja Católica, enquanto para os agentes e moradores da própria localidade houve uma desestruturação na confiabilidade quanto à eficácia das ações de intervenção no caso da chacina e mesmo uma projeção do sentimento de insegurança quanto à sua integridade física.

Os entrevistados moradores da região onde ocorreram os assassinatos têm, nesta pesquisa, seus nomes modificados, para sua proteção. Somente o nome da paróquia será verdadeiro. A paróquia denomina-se Paróquia Sagrada Família, cujo templo localiza-se na Rua Gama, no bairro da Posse, cidade de Nova Iguaçu, RJ. A comunidade onde entrevistamos os agentes religiosos que moram na localidade é identificada

como Comunidade Perpétuo Socorro. Os demais entrevistados pertencem a outras comunidades distantes da região, embora pertencentes à mesma Diocese.

Na região onde ocorreu a chacina, a comunidade religiosa católica desenvolveu uma história marcada pelas pastorais sociais e pela organização mais pautada pelo que os autores consideram como características marcantes da Comunidade Eclesial de Base (CEB). Os padres mais recentes que por ali passaram parecem ter valorizado a formação com base na Teologia da Libertação e em uma prática voltada para o engajamento sociopolítico.

Tal fato pode ser observado no envolvimento do Padre Paulo com os familiares das vítimas da chacina. Ele coordenou e se envolveu em manifestações a favor das investigações sobre o caso. Dizem os entrevistados que o padre teria sido avisado por alguém logo após o ocorrido, e que imediatamente ligou para o bispo. Este compareceu prontamente ao local e foram os dois ao prefeito da cidade exigir providências e a imediata investigação. Meses depois da chacina o padre foi encontrado morto em seu carro em um lugar deserto. Os jornais noticiaram a versão de que ele estaria em situação suspeita, indicando ser homossexual. Paira até hoje a incerteza sobre o caso, talvez motivada pela ênfase dada à notícia.

Para alguns entrevistados, mesmo que tenha sido um fato forjado pelos assassinos, seu impacto foi tão relevante que abalou os ânimos e a confiança de diversos membros. Tal acontecimento, juntamente com a própria chacina, gerou um clima de insegurança e incertezas para os membros da comunidade, tanto que os entrevistados evitam falar diretamente sobre o assunto, tratando do caso de uma forma geral. Um dos entrevistados afirma que as pessoas ficaram mais temerosas.

Apesar disso, demonstram ser bastante animados e articulados para os trabalhos. Em nossa primeira visita estavam preparando o jantar do dia dos pais. Havia muitas pessoas no local. As mulheres na cozinha preparando a comida e os homens montando um palco onde iria ser apresentado um show de forró. O jantar seria acompanhado de música e dança.

Em relação à chacina, que mobiliza as lembranças de quase todos os entrevistados, apresentam diversidade na sua compreensão frente ao que se deseja ressaltar sobre a vivência católica em Nova Iguaçu. O mesmo fato não é visto com o mesmo olhar por agentes que moram nas imediações de onde ocorreu a chacina e agentes que residem em

outros bairros. O posicionamento físico, talvez mais que o “ideológico”, influencia as visões sobre os impactos da violência ali desencadeada.

A reação do pároco, Padre Paulo, do bispo Dom Luciano e das comunidades católicas é ressaltada como ponto afirmativo da ação da Igreja católica frente ao caso. Jane (participante da Comunidade Nossa Senhora das Mercês, localizada em um bairro de Belford Roxo, cidade limítrofe com Nova Iguaçu) e Padre Ricardo (animador das CEBs na diocese, residente em outro bairro de Nova Iguaçu), por exemplo, ressaltam que a Igreja teve um posicionamento firme e direto na cobrança das autoridades locais.

Não sei se vocês viram o caso da chacina que teve? Ninguém se intimidou com isso. A Igreja foi à rua, a Igreja gritou. (...) Teve um padre nosso que foi assassinado, lá da Posse, Padre Paulo, por estar envolvido com as famílias... Envolvido assim, dando apoio espiritual. Ele acolhia as famílias das vítimas da chacina. Ele foi assassinado ridiculamente. Olhe só: ele foi tirado de casa três horas da manhã, foi assassinado na esquina da casa em que morava. Os jornais... É horrível, os jornais disseram que o padre era homossexual, que estava com um amante. Nós sabemos que não era essa a história, mas a imprensa diz o que quer. A gente sabia que era em função de ele estar envolvido. Tanto que o rapaz que tomou o trabalho dele pra continuar, também foi assassinado. Quantos entram nessa fila eles vão assassinar, mas a Igreja não para. Quer dizer, o que acontece de legal, essa característica da Igreja na Baixada é isso. A violência é muito grande, então, quando acontece uma aberração assim, a gente não fica calada. A gente está articulada um com o outro, a gente faz barulho, a gente grita, vai pra rua. (Jane)

Agora no período de Dom Adriano, as CEBs tinham uma voz... Quando havia qualquer coisa ela se reunia. Talvez... Aí a gente não pode dizer só a nível de CEBs, mas quando houve a chacina, houve uma grande mobilização em Nova Iguaçu. A gente não pode dizer que foram só as comunidades, mas vários setores se juntaram à Igreja para dizer um “não”, um “basta” à violência. (Pe. Ricardo)

Nem todos os aspectos desse olhar sobre a chacina são compartilhados por aqueles que sofreram diretamente as repercussões do caso, como os agentes religiosos participantes daquela paróquia e de suas comunidades. A memória construída não foi a mesma.

A comunidade da Paróquia da Posse fica bem no meio. Foi uma coisa que deixou as pessoas com muito medo, pois foi coisa envolvendo polícia e a verdade nunca é mostrada. A gente nunca sabe se as pessoas que morreram tinham alguma coisa errada, se não tinham. E tudo que não tem a verdade não dá pra gente confiar. Na verdade, a maioria dos assassinatos que acontecem são coisas que as pessoas não comentam muito. A gente não sabe quem foi que fez. Aí, independente da chacina ou não, diversas coisas que acontecem são meio abafadas, não são comentadas. Não tem ninguém que diga: “Pô, vou lá, vou peitar, vou botar o dedo”. A gente sabe que vence o mais forte. (Maria, Comunidade Perpétuo Socorro, pertencente à paróquia onde ocorreu a chacina)

A própria entrevistada demonstrou receio de falar sobre a chacina, que ainda causa constrangimentos, medo e desconfiança, como confirma Silvana (também pertencente à comunidade de Maria).

Fez dois anos agora. Porque ele era um padre muito amigo, muito carinhoso mesmo. Bastante litúrgico, gostava das coisas muito corretas. Ele nos ensinou muito. Pra gente foi um choque muito grande a perda dele. Ele acabou se envolvendo com esse pessoal da chacina, pessoas que de certa forma envolvem famílias e a gente não sabia de fato quem estava por trás disso, e depois com medo das coisas que poderiam vir por trás. Quando a gente saía em caminhadas, procissões, nós passávamos ali na Rua Gama, ali tem uma favela, inclusive ele falava: “Ninguém vai sair da rua não, nós vamos passar e as pessoas têm que esperar”. Ele era um pouco ousado nesse sentido. E aí, quando aconteceu isso, nos chocou muito. Até de fato a gente saber o que aconteceu. Depois vieram outros rumores que até magoaram, de certa forma. Se foi verdade ou não, mas... (...) Quer dizer, nós perdemos o padre e a gente vê que não mudou muita coisa.

As narrativas mostram um sentimento de desânimo e de que, apesar da movimentação, o projeto parece ter sido em vão, uma vez que as coisas continuam do mesmo jeito. Parecem não perceber a ação como resultado manifestado em algo positivo. A impunidade e o medo continuam.

Inclusive, depois que este [novo] padre chegou, nós ficamos sempre com medo, porque estamos sempre ali na paróquia. A gente ficou meio temeroso. Até em nossas missas, nas celebrações, quando íamos fazer essa caminhada... É, tem dois anos que se faz essa caminhada. (...) Quando houve também a missa no local, sétimo dia e depois de um mês que tinha acontecido a chacina, inclusive Padre Paulo estava vivo ainda, ele estava assumindo esse trabalho. Tiveram pessoas que tiveram medo de ir e de participar dessa missa. (Silvana)

Não foi só o medo que afetou a visão sobre a chacina. Também a incerteza sobre o motivo do assassinato de Padre Paulo gerou receios e dúvidas sobre a própria conduta do padre, o que produziu o afastamento de participantes e mágoas em alguns que ficaram.

A morte do padre mudou muito a história da comunidade. Muitas pessoas saíram e hoje... Saíram por causa disso mesmo, só por isso, porque senão, não haveria razão de sair. O padre morreu como qualquer um pode morrer, mas a história que ficou. [O pessoal] se sentiu traído, se sentiu traído, entende? E a questão do testemunho, porque começa o questionamento: “O que será que o padre estava fazendo três ou quatro horas da manhã na rua, entendeu?” E se isso tudo que falaram for verdade? Mesmo que não seja, o povo começa a achar... Assim, até a escolha de um padre pra vir substituir fica difícil. (Helena, Comunidade Perpétuo Socorro)

Uma vez que memória é pensada não como o reviver, mas refazer ou repensar as experiências do passado com as ideias de hoje, pode-

mos dizer que aquela é alterada pelo sistema de representações que o ambiente social constantemente lhe apresenta (BOSI, 1994, p. 55). Aqui, o mesmo acontecimento é interpretado e lembrado a partir de várias pertencas e experiências.

Outros elementos contribuem para a formação, sedimentação, difusão e reinterpretação das memórias, por exemplo, os lugares que comportam ou conduzem a perpetuação ou a eliminação das lembranças.

O lugar onde aconteceu a chacina, a Rua Gama, transformou-se logo em espaço de manifestações e reivindicações. Padre Paulo encabeçou diversas delas, o que é apontado como um dos fatores de seu assassinato. Como vimos, algumas missas foram celebradas no local, marcando simbolicamente a tragédia. A assistência, a ida às famílias, o transitar pelo bairro e pelas casas dos familiares das vítimas apresentam um significado para quem narra, ou seja, a percepção de uma Igreja que não deixa de estar caminhando¹ junto aos mais necessitados ou em direção a eles.

Tal espaço representa, portanto, missão e comprometimento para alguns. Para outros, terror e medo de represálias. Muitos não foram às marchas pela paz ou às manifestações e celebrações realizadas no local dos crimes. São espaços também que repelem, espaços, para muitos, de esquecimento.

Para outros, como vimos, o local da chacina marca a percepção sobre uma Igreja que não se cala, que continua apoiando e desenvolvendo um trabalho sociopolítico e conscientizador. Nesse sentido o espaço é marcado por tal intenção, destacado e identificado a partir de tal projeto.

É na rua principal. Se você passar dá pra você identificar que tem dignidade, paz, alguma coisa pintada que é referente à Igreja. Porque a Igreja sempre se faz presente ali, então todo ano pinta o muro, coloca o tema, é na rua principal onde passam os ônibus. Temos essa aqui que é a Rua Nova. Então, se identifica o local, onde era uma barraquinha, por esse muro que se vê pintado. Parece-me que está lá, dignidade e paz alguma coisa que foi referente à nossa Campanha da Fraternidade desse ano. (Silvana, Ministra da Palavra na Comunidade Perpétuo Socorro)

O recurso à história e à memória é um fator relevante na busca de elementos que se tornarão pontos privilegiados de observação de

1. "Caminhada", "caminhar" têm uma significação importante para uma parcela da Igreja, em especial aquela envolvida com as Pastorais Sociais, que utilizam tais termos constantemente. São termos polissêmicos e parecem querer significar, entre outras tantas acepções, um projeto a ser executado, uma missão, um comprometimento com alguma causa ou com algum segmento social, mais especificamente as camadas menos favorecidas.

si próprios e dos outros. Nesse sentido, tais elementos servem para a afirmação, pertença e privilégio a partir da história sagrada. Como instituição memorialística (LE GOFF, 1996; HERVIEU-LÈGER, 2005), o catolicismo utiliza suas celebrações litúrgicas, ritos diversos e comemorações para o contínuo relembrar das ações e feitos divinos.

Assim, a recordação é fundamental, uma vez que o conteúdo e o objeto da fé estão situados nos atos divinos de salvação efetuados no passado. A necessidade de recordação instala-se como tarefa religiosa fundamental. Na Diocese de Nova Iguaçu alguns momentos, espaços e pessoas são tomados como fundamentais para a sedimentação de uma memória. Entretanto, no âmbito mais localizado da ação de certos membros religiosos, esses e outros momentos, espaços e pessoas possuem significados próprios, nem sempre os atribuídos pelos meios institucionais.

Portanto, a memória vincula-se ao espaço físico e social que lhe dá consistência e sobrevivência. No caso da chacina, o espaço é requisitado como fonte de lembrança constante de um acontecimento que, ao mesmo tempo, incute o desejo de justiça e o temor das consequências do envolvimento pessoal nas ações sociopolíticas contra a violência.

No âmbito da Diocese tem ocorrido um movimento que parece afetar as motivações pessoais quanto ao trabalho sociopolítico mais diretamente ligado aos movimentos reivindicatórios. Parece haver uma retração do envolvimento político reivindicatório mais direto, em favor de ações de assistência ou de geração de renda. Os trabalhos de relevo nas comunidades por nós observadas são hoje desenvolvidos com a terceira idade ou com as crianças, por meio da Pastoral das Crianças e não mais com movimentos de ação comunitária ou política. Entretanto, quase todos os entrevistados que falaram sobre envolvimento social no catolicismo apontaram para a necessidade de uma revitalização nesse campo, que envolvesse de forma significativa os participantes das comunidades.

Por outro lado, no nível institucional a Diocese continua sendo apontada por seus membros como uma diocese politizada, desenvolvendo, ao menos por suas instâncias diocesanas (Centro Sociopolítico, Centro de Formação e Centro de Direitos Humanos), práticas concretas de formação política, conscientização, promoção humana, acompanhamento e cobrança aos dirigentes políticos da região.

Nesse contexto, portanto, misturam-se práticas e formas de pensamento que variam de adeptos da Teologia da Libertação com suas

propostas de envolvimento político direcionado por meio de reivindicações e participação em sindicatos e partidos políticos, ao trabalho assistencial prestado aos mais necessitados.

Considerações finais

Portanto, podemos tecer algumas considerações sobre essa transformação pela qual passa a Diocese, em especial no aspecto sociopolítico. As ações mais polêmicas ou que envolvam um risco direto para algum fiel católico passam a ser executadas, de forma geral, por organismos institucionais diocesanos, tal como o Centro de Direitos Humanos. Tal atitude, por exemplo, foi tomada após o assassinato de Padre Paulo e de mais um leigo envolvido com as vítimas da chacina.

A Diocese reafirma o compromisso de reivindicar os direitos sociais e legais de pessoas impossibilitadas de o fazerem por si sós, até mesmo com o acompanhamento financeiro dos familiares das vítimas da chacina, além do apoio jurídico, oferecido pelo Centro de Direitos Humanos, vinculado à Diocese.

Entretanto, há um evidente desgaste com o caso por parte dos leigos moradores do local. Desgaste não somente pela insegurança e pelo medo, mas também frente à credibilidade quanto à eficácia do poder público. Ainda hoje, três anos após os assassinatos, o caso continua em aberto e os ganhos jurídicos das famílias apresentam-se como incertos. Como afirma uma entrevistada, moradora do bairro, essa foi apenas uma das diversas chacinas que acontecem na Baixada. O que a tornou especial talvez tenha sido a intervenção de Padre Paulo e do bispo Dom Luciano, que envolveram logo de início o poder público na pessoa do prefeito da cidade, cobrando soluções.

De qualquer forma, a memória de tal acontecimento continua motivando aproximações ou afastamentos em relação ao caso. Os afastamentos não parecem significar covardia ou perda da consciência de um catolicismo voltado para questões de justiça social, mas somente uma reação pessoal ou coletiva a uma situação de insegurança pública institucionalizada em nossa sociedade brasileira, na qual a Baixada vive mergulhada há décadas.

Abstract

This article evaluates changes in the Catholic religious universe in the Nova Iguaçu Diocese, located in Baixada Fluminense, in the metropolitan area of Rio de Janeiro State, a region known for its high level of poverty and violence, specially for the

presence of extermination groups. The basis for the investigation of those changes is an event called '*Chacina da Baixada*' (Slaughter in the Baixada), when 29 persons were killed and one was hurt in Posse District, in that city. The Diocese promptly showed its solidarity to the victims' families, calling for the local authorities' attention and help. However, opinions about the ecclesial involvement were divided according to the proximity of religions agents, mainly lay ones, to the area of the murders. Thus, those living and working near that area seem more reticent, quiet and frightened than the interviewed laymen from other communities. So, one concludes that, despite the consensus as to the necessity of mobilization of the Diocese concerning the crimes, some members are affected by the fear that dominates the inhabitants of that district in their daily life.

Key words: Catholic Church; Social memory; Identity; Violence.

Referências

ALVES, José Claudio Souza. Violência e religião: repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. **Revista da Universidade Rural**, Série Ciências Humanas. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1-2, jan./jun. 2002.

AMARANTE, Cristina M. C.; SOUZA, Edimilsa R. de; COUTO, Maristela G. do. Mortalidade por violências: aplicação de técnicas de análise exploratória em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1987. **Revista Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 178-186, 1994.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu - RJ**. Rio de Janeiro, 2008. 281f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos**, UFU. v. 5, n. 2, p. 45-64, 2004.

BENJAMIN, Walter. O narrador; considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: **Magia e técnica, arte e política**; ensaios sobre literatura e história da cultura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 197-225.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

ENNE, Ana Lucia S. Do “faroeste fluminense” ao “futuro que já chegou”: as representações da grande imprensa carioca acerca da Baixada Fluminense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Editorial Teorema Ltda., 1992.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.
- HERVIEU-LÉGER. Catolicismo: a configuração da memória. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_leger.htm#footmoteInota>. Acesso em: 9 fev. 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e política no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, São Paulo, n. 3, p.109-116, jun. 2000.
- POMIAN, Krzysztof. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42, p. 507-516.
- PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEPÚLVEDA DOS SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 23, 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_06.htm> Acesso em: 9 fev. 2007.
- THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, São Paulo, n. 5, p. 9-28, jun. 2002.
- VERNANT, Jean Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. In: **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Edusp, 1973. p. 71-112.